



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

5976 - Pôster - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 22 - Educação Especial

## E QUANDO O FUTURO PROFESSOR TEM DEFICIÊNCIA? UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS

Wiltiane Maria Barbosa Pereira - UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

### **E QUANDO O FUTURO PROFESSOR TEM DEFICIÊNCIA? UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS**

Este texto apresenta alguns resultados da pesquisa em andamento, realizada no curso de Mestrado em Educação. Nosso interesse nesta investigação busca analisar as estratégias curriculares e pedagógicas utilizadas por professores universitários na formação inicial de estudantes com deficiência que se encontram nos cursos de licenciaturas.

Percebemos a partir de decretos, políticas e leis (BRASIL, 2008; 2009; 2011; 2015), o crescimento de estudantes com deficiência no ensino superior e a discussão ao redor da função e do comprometimento das universidades nas institucionalizações de políticas e procedimentos que assegurem o direito da inclusão e formação de pessoas com deficiência no âmbito acadêmico.

Os saberes pedagógicos colaboram com a prática a partir de situações enfrentadas nas práticas, assim experiência e saberes teóricos acabam por estarem interdependentes (PIMENTA, 2002). É necessário entender como os professores formadores compreendem a formação destes sujeitos, pois, como bem se sabe, a formação de professores é um grande desafio para estudantes e professores (PIMENTA, 2002). Cabe ao professor formá-lo, não apenas exercer a profissão do ensino, mas colaborar para a sua formação profissional de professor.

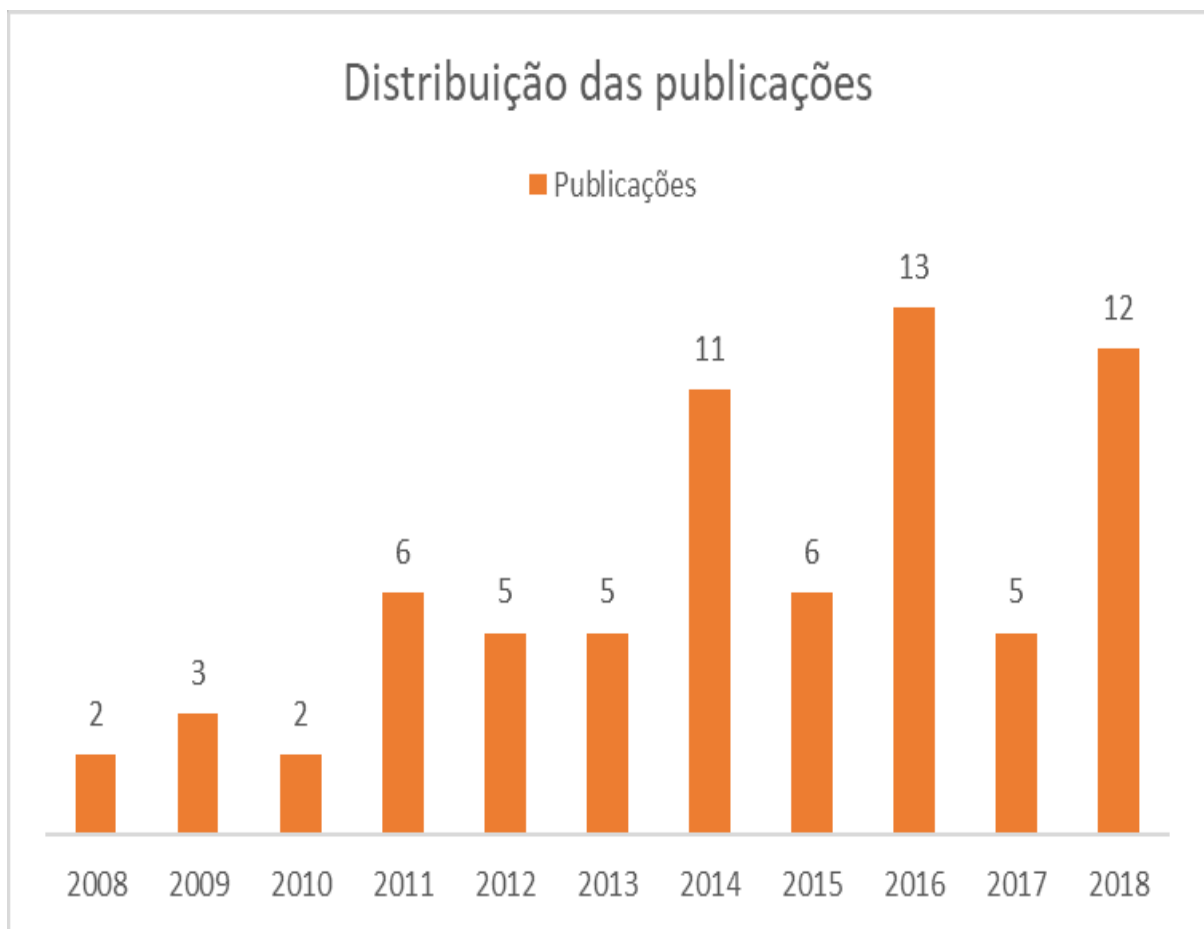
Diante disso, levantamos a seguinte questão: o que dizem as pesquisas em relação a formação de estudantes com deficiência nas licenciaturas? A partir desse questionamento, realizamos um levantamento de teses e dissertações no portal de Teses e Dissertações da CAPES e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), a partir da qual realizamos um levantamento quantitativo de teses e dissertações sobre o tema. Para isso, utilizamos as seguintes palavras-chave: formação inicial de estudantes com deficiência; professores com deficiência, e ainda; estudantes com deficiência nas licenciaturas.

O desenvolvimento metodológico deste trabalho contou com a pesquisa bibliográfica, pois, “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de

livros e artigos científicos [...]. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas” (GIL, 2002, p. 44). O que nos permitiu a coleta de dados de dissertações e teses. Esse levantamento foi realizado com o recorte temporal entre 2008 e 2018, por se tratar de período histórico no sistema educacional inclusivo de uma década. Seleccionamos previamente aqueles trabalhos, cujo título apresentasse indícios de serem coerentes com o nosso interesse, efetuamos uma leitura dos seus resumos no total de 71 publicações no período.

Com base nos resultados que encontramos, elaboramos o Gráfico 1, no qual é possível acompanhar a quantidade de publicações por ano.

Gráfico 1: Disposição das teses e dissertações ao longo do período 2008-2018

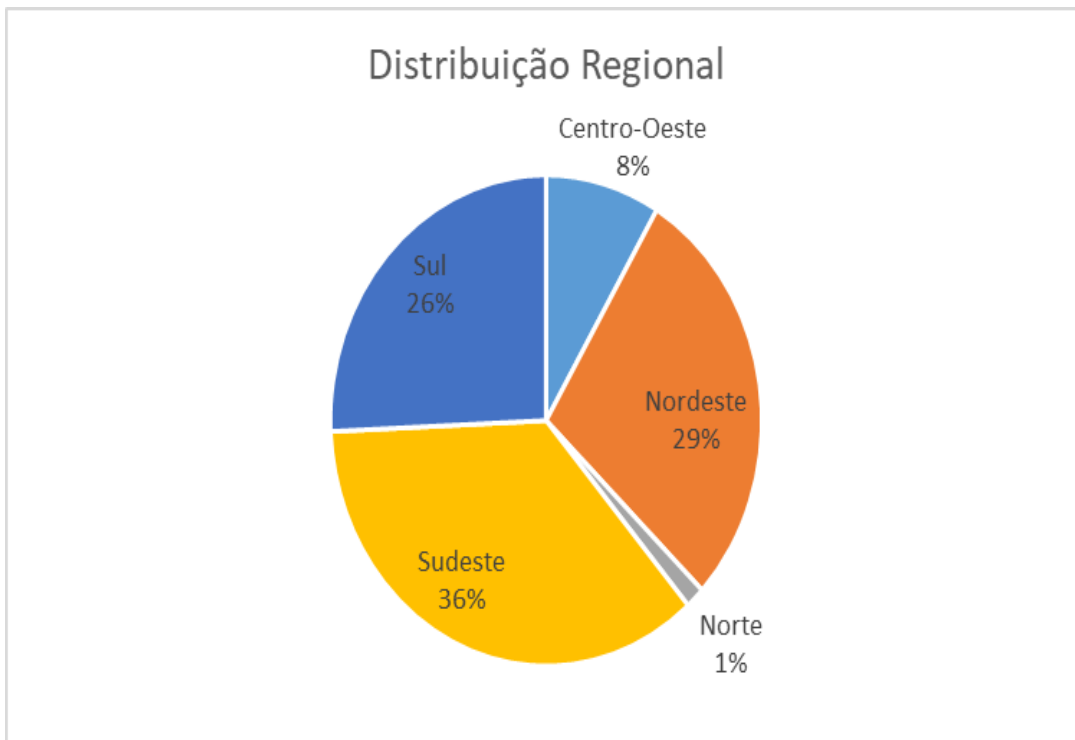


Fonte: Elaborado pela autora, 2020, com base no Banco de dados da CAPES e BDTD.

No gráfico podemos verificar que, embora nos últimos cinco anos tenhamos picos de pesquisas, não há um padrão com relação a isso, ou seja, não se trata de uma atenção crescente dada à temática.

Para caracterizar os achados das publicações, organizamos no Gráfico 2, a disposição regional, nos limites do território brasileiro.

Gráfico 2: Disposição das teses e dissertações com base nas regiões do Brasil



Fonte: Elaborado pela autora, 2020, com base no Banco de dados da CAPES e BDTD.

Percebemos que a maioria das pesquisas realizadas sobre a inclusão de estudantes com deficiência no âmbito universitário da região Sudeste do país, o que já era esperado, uma vez que, segundo os estudos da demografia da base técnico-científica brasileira (BRASIL, 2016), os estados com maior número de defesas de mestrados e doutorados são: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, os três da região Sudeste do Brasil.

Mesmo observado essa concentração, podemos destacar que a produção da região Nordeste é bastante expressiva visto que é uma região que não tem um elevado histórico de defesas. Entretanto, de forma geral, podemos assumir que questões relacionadas à inclusão perpassam todas as regiões do país, sendo um indício da importância do aprofundamento no assunto.

Ao selecionar as publicações extraímos temáticas que foram abordadas entre os trabalhos, os quais são: adaptação; interação professor-aluno; estudantes com deficiência na formação inicial; professor com deficiência e estudante com deficiência nas licenciaturas.

Assumimos para a elaboração da temática “adaptação” trabalhos os quais tivessem como objeto de estudo propostas das universidades para a inclusão das pessoas com deficiência. Destacamos propostas nas quais podem ser estruturais, como em Oliveira (2017) que estudou o processo de inclusão diante do núcleo de acessibilidade da universidade; Alencar (2013) que avaliou a acessibilidade física da Universidade Federal de Juiz de Fora; Santos (2012) que se propôs a identificar as dificuldades de acessibilidade encontradas pelas pessoas com deficiência na Universidade Federal de Sergipe. A maioria dos trabalhos encontrados, de natureza curricular, dentre os quais podemos citar Galvão (2018) que se propõe a explorar e avaliar as contribuições de uma proposta pedagógica embasada na Modelagem Matemática como estratégia de ensino para a inclusão. Corrêa (2016) buscou entender se houve mudanças nas práticas dos professores para incluir estudantes com deficiência. Silva (2016) investigou se o processo educacional está sendo justo com os estudantes com e sem deficiência. Marostega (2015) analisou discursos que constituem os

currículos de formação de professores tendo como foco a formação do estudante surdo. Benevides (2011); Talmag (2018) preocuparam-se com a prática avaliativa para as pessoas com deficiência. A adaptação do material didático recebe atenção por Miranda (2014). Vigentim (2014) tem como objeto de estudo o uso de tecnologias assistivas, ou seja, o uso de 26 equipamentos e softwares como auxiliar no aprendizado do estudante com deficiência. Temos ainda a adaptação social, como estuda Alcoba (2008) e Maciel (2014), interessaram-se em entender as relações sociais que cercam a pessoa com deficiência no âmbito universitário. Nessa categoria diversos trabalhos apontaram como objetivo analisar as condições de acesso e permanência dos estudantes com deficiência na universidade, dentre esses citamos: Breda (2013); Lavarda (2014); Góes (2015) e Urban (2016). Destacamos ainda que esses trabalhos não tinham como foco estudantes de determinado curso, tratam-se de estudos mais amplos sobre o assunto.

No que chamamos de “interação professor-aluno” admitimos trabalhos nos quais a questão fosse realmente esse processo social entre os sujeitos do ensino e da aprendizagem, como é o caso de Jesus (2012) que estuda as representações dos professores face ao estudante com deficiência. Martins (2016) buscou entender a formação continuada do professor e a relação apresenta com o estudante com deficiência. Souza (2016) estudou o aprendizado dos professores ao trabalharem com os estudantes ingressantes, por meio das cotas destinadas aos estudantes com deficiência. Candido (2018) apresentou um estudo sobre a concepção dos professores quanto à inclusão de pessoas com deficiência na educação superior. Chamamos a atenção para o trabalho de Rodrigues (2015) em que estudou a mediação entre professores e estudantes que apresentavam o mesmo tipo de deficiência.

A terceira temática com maior número de trabalhos definimos como “estudantes com deficiência na formação inicial”, porém não há uma especificidade relacionada ao curso. Nesse caso, podemos citar trabalhos como o de Ferreira (2018) o qual objetivou entender como foi o ingresso dos estudantes no ensino superior. Dillenburg (2015) investigou entender dificuldades enfrentadas pelos estudantes. E por fim Lemos (2008), explorou a formação acadêmica e profissional dos estudantes com deficiência diante da superação.

Encontramos ainda dois trabalhos cujo foco é o “professor com deficiência”, são eles: Gonçalves (2013) investigou a práxis pedagógica de um professor de álgebra com deficiência visual e Kauffmann (2009) analisou uma reflexão sobre as dificuldades cujo professor do ensino superior com alguma deficiência encontra no exercício de seu trabalho.

Por fim, temos dois trabalhos que se direcionam para “estudantes com deficiência nas licenciaturas”. No trabalho de Andrade (2018) temos o estudo com uma licenciada do curso de Biologia. Neste, a autora buscou compreender as relações 27 familiares da estudante onde as possibilidades dela enquanto ingressasse na licenciatura. Temos ainda o trabalho de Melo (2011) no qual o autor se propõe a discutir e analisar o processo de inclusão escolar de uma pessoa cega no curso de licenciatura em música.

Os estudos apresentados mostram produções relacionadas ao estudante com deficiência no ensino superior, apenas duas dissertações abordam este sujeito na licenciatura, sendo eles oriundos da região Nordeste do país. Embora, as pesquisas apresentem pontos em comum, há uma necessidade de mais pesquisas voltadas a esse público.

A partir das análises feitas fica evidenciado que as universidades são chamadas a assumirem mais responsabilidade com a inclusão, proporcionando condições necessárias não apenas ao acesso e autonomia, mas um compromisso com a formação inicial dos estudantes com deficiência enquanto futuros professores. Uma importante reflexão que deve ser realizada, uma vez que, os estudantes com deficiência no ensino superior, vivenciam situações semelhantes na educação básica, nas diferentes formas de: exclusão social, práticas

pedagógicas, acessibilidade, acesso e permanência.

Contudo, faz-se necessário, portanto, uma reformulação no currículo, no que diz respeito às políticas e práticas curriculares e no planejamento das políticas, gestão institucional, além da formação inicial desses estudantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estudante com Deficiência. Formação de Professores. Ensino Superior

## REFERÊNCIAS

BRASIL. DECRETO Nº 6.949. Brasília, 25 de agosto de 2009. Dispões sobre a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm) Acesso em 27 de maio de 2018.

BRASIL. DECRETO nº 7.611. Brasília, 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (1996a). Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm) Acesso em 01 de dezembro de 2017.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência). Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em 18 de abril de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SECADI, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

PIMENTA, Selma G. **Formação de professores: identidade e saberes da docência**. In. PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Saberes Pedagógicos e Atividades Docentes. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

